

RESUMO SIMPLES - GT 7 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E POLÍTICAS
LINGUÍSTICAS DRA. MAIUNE DE OLIVEIRA SILVA (IFGOIANO, CAMPUS
CRISTALINA/ PPGEL/UFCAT)

**PRECONCEITO LINGUÍSTICO E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NA ESCOLA:
UMA LEITURA A PARTIR DA “QUESTÃO SOCIAL”**

Kleverson Gonçalves Willima (biokleverson@gmail.com)

A língua(gem) ocupa lugar central nos processos de inclusão e exclusão social, especialmente em sociedades marcadas por profundas desigualdades, como a brasileira. Nesse contexto, o preconceito linguístico emerge como um fenômeno recorrente nas práticas sociais e pedagógicas, frequentemente naturalizado por meio da ideologia da norma-padrão, sustentada pela cultura do “erro”. O problema de pesquisa que orienta este trabalho consiste em compreender de que maneira o preconceito linguístico pode ser analisado como uma expressão da Questão Social e quais são suas implicações para as práticas pedagógicas e para as políticas linguísticas no campo educacional. O objetivo geral é analisar criticamente o preconceito linguístico, articulando os aportes da Sociolinguística e do Serviço Social, de modo a evidenciar seus efeitos na produção e reprodução das desigualdades sociais, com especial atenção ao papel da escola. Do ponto de vista metodológico, trata-se de um estudo de natureza qualitativa, de caráter teórico-analítico, baseado em revisão bibliográfica e análise crítica de produções do campo da Sociolinguística, das políticas linguísticas e do debate sobre a Questão Social. São mobilizados/as autores/as que discutem variação linguística, norma-padrão, desigualdade de distribuição linguística e expressões da Questão Social, buscando articular

esses campos de forma interdisciplinar. Os resultados indicam que o preconceito linguístico não se restringe a julgamentos sobre formas de falar, mas incide diretamente sobre sujeitos historicamente subalternizados, funcionando como um mecanismo de hierarquização simbólica e de negação de direitos. Evidencia-se que a escola, ao adotar práticas pedagógicas estritamente normativas, tende a reforçar esse processo, ao passo que uma pedagogia da variação linguística pode contribuir para seu enfrentamento. As políticas linguísticas implícitas nas práticas escolares revelam-se, assim, centrais na legitimação ou no combate às desigualdades. Conclui-se que o preconceito linguístico deve ser compreendido como uma expressão da Questão Social, inseparável das disputas em torno da língua, do poder e da educação. O enfrentamento desse fenômeno exige práticas pedagógicas críticas e políticas linguísticas comprometidas com a valorização da diversidade linguística e com a justiça social.

Palavras-chave: desigualdades; diversidade linguística; serviço social; sociolinguística; variação.